

REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO HISTORIOGRÁFICO DO BANDEIRISMO

Marcos Lourenço de Amorim¹

Resumo

Este artigo discute o bandeirismo e movimento monçoeiro como objeto de estudo do historiador, apresenta uma gênese dessas incursões ao interior da colônia Portuguesa na América. Faz breve análise das abordagens da historiografia clássica sobre as relações do mercado interno da colônia e a metrópole em oposição a estudos mais contemporâneos. Apresenta fontes para o estudo das expedições bandeirantes e das monções nos séculos XVII e XVIII, com ênfase no trabalho de Afonso Taunay e Sérgio Buarque de Holanda.

Abstract

This article discusses the bandeirismo and movement monçoeiro as study object of historian. The paper presents a genesis of these incursions to the interior of the Portuguese colony in America. Makes brief analysis from the perspective of classical historiography as opposed to new studies on the internal market of the colony and the metropolis. It presents sources for the study of expeditions pioneers and monsoons in the seventeenth and eighteenth centuries with emphasis on the work of Afonso Taunay and Sérgio Buarque de Holanda.

O ofício do historiador impõe *habilidades e sensibilidades* para apreciar as forças interativas que norteiam ou reúnem os princípios básicos na compreensão do passado (NOGUEIRA, 1988. p. 121). Nesse exercício passei boa parte da minha vida intelectual “preso” aos limites historiográficos dos séculos XVII e XVIII dentro da América colonial portuguesa. Sempre estive atento ao risco de exercer excessivo arbítrio no processo de cognição desse passado colonial para não tropeçar nas possíveis armadilhas existentes na aventura de penetrar o sertão.

Procurei municiar-me de um esforço imaginativo na interpretação dos dados e na análise do farto manancial informativo existente sobre o tema do bandeirismo e das monções paulistas, constituído de documentos, crônicas, relatos e reminiscências, explorando com desvelo seus significados para tentar recuperar aspectos não contemporâneos ao presente. Inspirei-me na obra *Uma vida para a história*, em que Jacques Le Goff, notável historiador francês, fez uma reflexão pertinente capaz de atenuar grande parte dessas preocupações:

...toda história é uma história contemporânea. A atual é, com certeza, o presente vivido, transformado em história, mas é também a indicação de que fazer-se a história do passado se valoriza tornando esse passado atual em

¹ Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPCX.

relação ao momento em que ele existiu, tal como os homens e mulheres então o viveram e que alguns o escreveram, mas atual também porque suas consequências ainda mexem conosco e estão sempre presentes, reinterpretadas à luz do presente (Le Goff, 1998).

Estudar o movimento migratório paulista por terra ou pelos rios é uma tentativa de estabelecer um contato indireto e longínquo com aqueles que escreveram ou viveram momentos ímpares do passado e depois mostrar porque “... *suas consequências ainda mexem conosco*”. É uma tarefa fascinante, mas, ao mesmo tempo, um extraordinário desafio. Este é, sobretudo, um exercício que exige o estabelecimento de conexões cautelosas entre as fontes coloniais para detectar a natureza *tênue* dos temas diante da complexidade destas fontes.

Por muito tempo a historiografia clássica interpretou a história do Brasil colonial sob a influência europeia. Mesmo com os esforços vétero-historiográficos de Francisco Adolfo Varnhagen em *História Geral do Brasil* publicada em 1854-1857 (ABREU, 1963) perpassam até hoje explicações fundadas no projeto do conquistador português. Entretanto, essa visão europeizada, há muito tempo, já vem recebendo críticas de importantes historiadores como Capistrano de Abreu, José Honório Rodrigues, Nilo Odália, Alice Canabrava, entre outros.

Perdura, no entanto, nessa historiografia clássica, o entendimento de que a produção de gêneros tropicais da Colônia viabilizava a acumulação primitiva de capital para países do velho continente e que a Colônia não passava de uma região exportadora, com as suas unidades produtivas voltadas para o mercado externo dispendo, apenas, de um *minúsculo* mercado interno, de baixíssima produtividade (NOVAIS, 1996). Desta forma, essa corrente historiográfica entende o movimento bandeirista e monçoeiro articulado aos mecanismos do sistema colonial, ou seja, ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, fundado na expansão marítima dos séculos XV e XVI. Essa questão pode ser observada na *práxis* intelectual de Caio Prado Júnior, em sua obra *História Econômica do Brasil* (PRADO JUNIOR, 1979. 31-32), como, também na obra *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, escrita por Novais (1996).

Segundo Prado Júnior, toda vez que o historiador for ao cerne do processo de formação do Brasil colonial poderá ver que, na realidade, o “*sentido da colonização*” era fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros e depois, ouro, diamantes, algodão e em seguida café para o comércio europeu. Nesse direcionamento, voltada para fora do Brasil, a produção para atender a demanda interna era negligenciada ou, via de regra proibida. Segundo este autor foi com base nesse projeto de colonização que foram organizadas a sociedade e a economia brasileira. Nesse sentido, segundo as considerações do referido autor, a Metrópole dispunha tanto da estrutura como das atividades da colônia. O europeu vinha com o fito de

especular, realizar negócios, recrutar a mão-de-obra que precisava - ou o indígena cativo ou os negros importados para atender aos seus propósitos (PRADO JUNIOR, 1979. 31-32).

Corroborar essa compreensão Celso Furtado na obra *Formação econômica do Brasil*, em cuja análise dá ênfase aos ritmos próprios da economia colonial, que segundo ele, estava atrelada às economias européias, portanto, dependente delas, por isso *não constituía um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores* (FURTADO, 1974. p. 55-57).

Todavia, os estudos do historiador Alcir Lenharo (1982), sobretudo em seu livro *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização* e as reflexões de João Luis Ribeiro Fragoso, (1992) em *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* interpretam a América lusitana a partir de uma reavaliação da dinâmica do mercado interno e o papel das intrincadas redes de comércio com formas singulares de acumulação de capital próprio, que cobria vastas regiões no interior da América portuguesa com boa parte da população envolvida em atividades econômicas ligadas ao abastecimento interno.

Nesta reflexão sobre o estudo historiográfico do bandeirismo, corroboramos o argumento de Fragoso, quando ao criticar o viés historiográfico desenvolvido por Prado Junior e Fernando Novaes, afirma que “*ao lado da agroexportação, e mesmo servindo-se de seu pano de fundo, surgem áreas ligadas ao abastecimento interno da colônia (...) desse modo incrementa-se o desenvolvimento do mercado interno*” (FRAGOSO, 1992. p. 30). Nesta perspectiva de análise, o estudo do movimento bandeirante e seus desdobramentos nas monções paulistas do século XVIII comprovam a existência de um mercado interno robusto formado por comerciantes de pequeno porte, que abastecia os rincões da colônia.

Das postulações de Fernando Novais mais convincente é aquela em que ele admite a exploração da metrópole sobre a colônia como uma inclinação dominante, mas não exclusiva, o que não permite obsessão com as relações externas nem o desprezo pelas articulações internas e, portanto, os ângulos de abordagem não são excludentes (NOVAIS, 1997. v. 1 p. 458). A partir desse pressuposto reafirmamos que a história das monções, ratifica a existência de relações do mercado interno com os mecanismos metropolitanos de dominação política e econômica, mas sem perder de vista o caráter único e singular da sociedade colonial brasileira, em especial a história da ocupação do oeste.

A pluralidade de temas relacionados ao apreamento de silvícolas e a epopeia do ouro nos sertões lusitanos na América estão distribuídos, segundo Affonso de E. Taunay nos “*três grandes Eldorados brasileiros*” e uma das mais importantes fontes para o seu estudo estão

nos *Relatos Monçoeiros*, aglutinados na obra *História das Bandeiras Paulistas*. Segundo este estudioso, “dos três grandes Eldorados brasileiros um apenas decorreu da navegação fluvial: o de Cuiabá com a sua cabeça de escala de Araraitaguaba. Ninguém ignora que os das Minas Gerais e Goiás procedem de estradas terrestres (TAUNAY, 1975, vol. III, p. 14).

1. Breve gênese do bandeirismo colonial lusitano

Desde o início do século XVII, as autoridades coloniais, sob expressas instruções régias, dispendo da arrebatada convicção de que havia riquezas minerais no interior da Colônia, estimularam a ação de muitos aventureiros que, munidos de códigos disciplinares e equipes constituídas por divisões militares, ouvidores, escrivães, capelães e cartas geográficas ou roteiros bem traçados, se internassem pelo sertão, delineando a trajetória expansionista portuguesa e garantindo o devassamento do território (Mendonça, 1985).

De olho no lucro rápido, oriundo da caça ao índio, esta prática limitava-se apenas ao seio das matas. Mas, a difusão da captura dos nativos para o sul e sudoeste da Colônia alcançou as reduções jesuíticas espanholas, erigidas às margens dos rios Paraná, Iguaçu e Paranapanema. Tais missões guardavam, como verdadeiro *front*, os interesses expansionistas da Espanha (MAGNOLI, 1997. p. 247-248) mediante a conversão e aculturação de um número extraordinário de índios que, ao serem disciplinados e treinados, habilitavam-se ao cultivo agrícola. O expansionismo português nas Américas já buscava, então, muito antes do Tratado de Madri de 1750, a delimitação do território colonial pela noção das *fronteiras naturais*, contrariando os princípios do Tratado de Tordesilhas, chocando-se com as missões jesuíticas espanholas determinando, enfim, os signos da soberania portuguesa (Brazil, 1999).

A célebre diligência realizada entre 1648 e 1652, capitaneada por Antonio Raposo Tavares, cruzou com sucesso os rios tributários meridionais muito antes dos primeiros achados auríferos de Mato Grosso e Goiás. Grande conhecedor dos hábitos sertanejos, dos seus perigos e táticas de guerras empregadas pelos nativos, Raposo Tavares, ao embrenhar-se nas áreas internas do Brasil à cata de riquezas, sobretudo, à preagem do gentio, acabou arrasando as missões jesuíticas de *Itatim*. As expedições de Manuel de Campos Bicudo, em 1660 e de Bartolomeu Bueno da Silva, em 1682, também visitaram amiudadas vezes as terras mato-grossenses antes do devassamento e da exploração das minas. (MAGNOLI, 1997)

Sertanejo, conquistador do gentio dos sertões, Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como *Anhanguera* ou *Diabo Verde*, foi o abridor dos primeiros caminhos para o Brasil central, numa expedição iniciada por volta de 1682, transpondo em Goiás uma montanha que, além de propiciar a conjectura da existência de ouro em seu interior e de pulverizar a imagem do *Eldorado*, alvitava também a forma dos martírios de Cristo, dando origem ao topônimo

*Minas dos Martírios*². Nos *Relatos Sertanistas*, organizados por Afonso de E. Taunay, estão reproduzidas as *Notícias de Antonio Pires de Campos*, datadas de 1769, sobre a imagem *dourada* e viva desse antigo mito alojado nas entranhas dos sertões que, segundo Virgílio Correa Filho, impelia muitos aventureiros às marchas atrevidas, pelos campos dos Parecís, à caça de índios e de ouro. (Taunay, 1981. p. 209).

Nesse sentido, desde a trilha sertaneja aberta por Raposo Tavares, diversos sertanistas e mateiros repisaram solos e singraram rios em busca do índio, do ouro e das pedras, seguindo, sobretudo, a rota histórica Tietê-Paraná-Pardo-Anhanduí-Aquidauana-Miranda-Paraguai (BRAZIL, 1999. *op. cit.*).

Já havia, nesse sentido, uma política de localização das jazidas de prata, ouro e pedras preciosas que ganhou expressão durante o reinado de D. Afonso VI (1656-1667) quando este enviou cartas-instrução, solicitando investigações na região de Minas Gerais, conforme lembrou Taunay:

... em 1664 nomeou Afonso VI governador das minas de São Paulo a Agostinho Barbalho Bezerra a quem muito recomendou o prosseguimento das pesquisas minerais. Escreveu o Rei então a cinco dos mais notáveis paulistas, pedindo-lhes a mais calorosa colaboração com o novo administrador. Dirigiu-se a Fernão Dias Paes, Lourenço Castanho Taques, Fernão de Camargo, Guilherme Pompeu de Almeida e Fernão Pais de Barros (TAUNAY, *op. cit.*, 1975, p. 141).

Malograda esta tentativa, o Príncipe Regente D. Pedro, sucessor de D. Afonso VI, deu prosseguimento a essa política, entregando a missão ao sertanista Fernão Dias Paes, o *Caçador de Esmeraldas*. Essa bandeira partiu de São Paulo em 1674 e explorou, durante sete anos o espaço desde as cabeceiras do rio das Velhas até a área do Serro Frio. Esse empreendimento também foi infrutífero do ponto de vista econômico. Entretanto, permitiu o reconhecimento dos sertões mineiros, traçando a rota que levou outros sertanistas à descoberta do *ouro das Gerais*, na última década do século XVII, trazendo a lume um dos mais cobiçados *Eldorados* brasileiros.

Os documentos contidos nos *Relatos Sertanistas*, de Taunay, evidenciam que as expedições sertanistas, além de franquear entradas e saídas do sertão brasileiro, permitiram que outras diligências, sobretudo, aquela integrada por Manoel Borba Gato e Garcia

²Em “Notícias de Antonio Pires de Campos, dadas por Antonio do Prado Siqueira no ano de 1769”, aparece a representação da Serra dos Martírios descrita pelo sertanista que alcançou os rios cuiabanos em 1718: “...na serra ou pedernais de cristais...do meio dela se emparedam até o alto, tinha por obra da natureza umas semelhanças da Coroa, lança e cravos da paixão de Jesus Cristo, mas tudo tosco...apelidaram a dita serra com o nome – Martírios. Cf. TAUNAY, A. E. *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:USP, 1981. p. 209.

Rodrigues Paes, genro e filho de Fernão Dias Paes, respectivamente, fizessem as primeiras descobertas auríferas de Minas Gerais. Hermes Vieira, ao analisar os quase dois séculos de buscas colossais dos sertanistas pelos *miríficos Eldorados*, patenteou, com base em Taunay, o significado dos achados auríferos para a sociedade colonial: os *descedores* dos silvícolas transfiguraram-se em mineradores; ultramarinos e paulistas transformaram-se nos povoadores dos Cataguases, depois território das Minas do Ouro de São Paulo, *o primeiro Eldorado Brasileiro* (VIEIRA, 1968, p. 47).

Foi assim que diversas bandeiras perscrutaram o interior mineiro, revelando o ouro de Sabará, Itaberaba, Caeté e Rio das Mortes (Taunay, 1981. p. 23-62). É possível, segundo as observações de Taunay, que Minas Gerais tenha sido mais um dos *Eldorados* favorecido pelas incursões fluviais, considerando-se a fácil navegação pelo rio São Francisco e rio das Velhas, muito antes da primeira metade do século XVIII. Entretanto, as jazidas sabarenses, nas mãos dos povoadores do norte do Brasil, eram acessadas, preferencialmente, pela confluência do Sabará e Guaicuí (VIEIRA, 1968, p. 47).

2. Os novos Eldorados e a transição do bandeirismo terrestre para o movimento fluvial monçoeiro

A descoberta das *minas dos Gerais* instigou a ambição pelo ouro e atingiu aventureiros de toda parte da Colônia, inclusive do Reino. Esse fenômeno, verdadeiro *rush* rumo a selva brasileira, não passou despercebido a Antonil em *Cultura e Opulência do Brasil*:

... a sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão...a cada ano, vem nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros para passarem às minas...(ANDREONI, 1967,p. 263-264) .

A *corrida do ouro* gerou violenta disputa pelas jazidas entre mineradores paulistas e os administradores portugueses vistos como *forasteiros*, explicada pela ausência de uma efetiva regulamentação político-administrativa da Metrópole. Esse conflito conhecido como *Guerra dos Emboabas*, além de estimular a Coroa a criar a Capitania de São Paulo e das *Minas de Ouro*, levou os paulistas, despojados da cata ao ouro mineiro, a perscrutar a rota que assiduamente percorriam em busca do índio, só que, doravante atentos a qualquer pista que os levassem à descoberta de novos *Eldorados*.

Com esse propósito, os paulistas enfrentaram as missões jesuíticas espanholas, estabeleceram rotas, descobriram minas. Praticamente toda a iniciativa destinada à prospecção, lançou muitos aventureiros para os confins do sertão, criando as circunstâncias para a ocupação e o povoamento de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Foi nesse quadro

que, ao longo do ano de 1718, Antônio Pires de Campos, filho do sertanista Manuel de Campos Bicudo e seus companheiros, galgaram serranias, transpuseram ribeiros e percorreram os vastos sertões da capitania de São Paulo e de Minas Gerais à caça de índios. Vencidas as veredas e os rios, sobretudo o Cuiabá, fundaram a capela e o arraial de São Gonçalo, levando a cabo esta etapa da expedição. Em seguida desceram o rio Cuiabá e participaram oficialmente a grata notícia sobre os novos caminhos, o que levou inúmeros sertanistas a também percorrerem as imensas baías e corixos do rio Paraguai.

A esse respeito, Felipe José Nogueira Coelho asseverou em suas *Memórias Cronológicas* que, em 1719, a bandeira apresadora de Pascoal Moreira Cabral, dirigindo-se para a região do rio Cuiabá com o mesmo objetivo de Antônio Pires de Campos, acabou encontrando, no leito do rio Coxipó-Mirim, afluente do Cuiabá, o manancial aurífero do único dos “*três grandes Eldorados brasileiros*” decorrente da navegação fluvial (COELHO, 1972).

O achado do *placer* cuiabano (Taunay, 1975. v. 2 p. 25) pelo bandeirante Pascoal Moreira Cabral nas águas de um dos tributários do Cuiabá e todo o movimento migratório que se seguiu na região, certamente, tiveram uma amplitude maior que a mera cobiça pelo ouro e pedras preciosas; e transcendem os simples interesses comerciais. O exercício heurístico ajuda a sustentar a explicação de que a apropriação do movimento monçoeiro pelas políticas colonizadoras da metrópole foi um fenômeno essencial no processo de ampliação das terras coloniais para além do meridiano de Tordesilhas.

Como já foi referido, em 1719, o *segundo Eldorado Brasileiro* foi revelado em Cuiabá por Pascoal Moreira Cabral. Quanto ao ouro goiano, só em 1725, depois de três anos de busca sem sucesso na área da serra dos *Martírios*, a bandeira comandada por Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo *Anhangüera*, ao percorrer o sítio dos Ferreiros, no rio Vermelho e no Ribeirão das Cabrinhas, quatro léguas da atual Goiás, viu “*o ouro pintar abundante no fundo das bateias*”(FRANCO, 1964). Descobria-se ali o *terceiro Eldorado Brasileiro*. Estava cumprida a missão do *Anhangüera* que reconhecia a paragem próxima dos cinco ribeiros em que os martírios esculpidos numa pedra alta foram vistos pela primeira vez.

Esse fascinante *desfile de Eldorados* (Queiroz, 1988, p. 79.) também foi vislumbrado em *Visões do Paraíso*. Em frases lapidares sobre o chamado *ciclos* de exploração econômica no Brasil, Sergio Buarque de Holanda explicou que “*a procissão dos milagres...[havia] de continuar assim através de todo o período colonial*”(HOLANDA, 1959. p. 323). Minhas preocupações, nesta acepção, gravitam em torno do movimento de conquista e colonização portuguesa, quando Cuiabá aflorou na história brasileira como “*remate de ouro do ciclo da*

caça ao índio” (CORREA FILHO, 1934) estimulando a navegação fluvial e a formação de uma sociedade *sui generis* no espaço que ficou conhecido como *o território do ouro*.

Estudar o movimento monçoeiro neste território do ouro é, sobretudo fazer uma reflexão sobre as representações geradas, ao longo do século XVIII, sobre o espaço geográfico onde se configurou o território da capitania de Mato Grosso e como elas podem ajudar a rastrear as marcas do processo colonizador. Estudar esse monumental movimento migratório, exige um esforço intelectual para interpretar os nexos entre natureza, valores culturais, memória, interesses, tradições, migrações e navegação bem como os significados de que se revestiram essas noções para os colonizadores e aventureiros no processo de penetração e conquista das terras incógnitas do interior brasileiro.

Este movimento das expedições fluviais pelos rios matogrossenses abrange o período que envolve o início do século XVIII e as três décadas do XIX (1719-1838): no ano de 1719, Pascoal Moreira Cabral divulgou as notícias das jazidas encontradas próximas ao Cuiabá, deflagrou o movimento migratório do planalto paulista àqueles rincões e o ano de 1838 foi apontado por Holanda como fim do período monçoeiro (Holanda, 1976).

Os monçoeiros desenvolveram complexas formas de organização da vida material no sertão que se desdobraram em múltiplas adaptações ao meio, em distintos ritmos históricos e temporais: a vida, a paisagem, a sociedade, a cultura, as conquistas, a mobilidade dos homens e as resistências se encontram, se interpenetram na conquista dos sertões e na busca pelo ouro cuiabano.

Pesquisas já comprovaram a hipótese de que interesses oficiais de ordem estratégica, política e econômica, associados aos interesses de iniciativa privada com objetivos claramente comerciais, se conjugaram na exploração de um sistema de comunicação que estabeleceu não somente o abastecimento da população e o escoamento do ouro do oeste brasileiro, mas também a ocupação dessa região colonial. (AMORIM, 2004).

Considerando que os caminhos percorridos a pé pelos bandeirantes do século XVII, pelo interior do continente, aos poucos foram substituídos pelos caminhos fluviais, ensejando o surgimento dos arraiais sertanejos, esses povoados fluviais são entendidos como um espaço dinâmico, porém, identificado durante muitos anos, pela existência de miseráveis aldeias, simples entreposto localizado estrategicamente em planaltos, para proteger dos piratas que devastavam os ribeirinhos e dos índios bravios que habitavam as matas. Para Taunay, parecia inútil recordar que as monções cuiabanas

...tinham que superar pavorosos obstáculos, nos rios encacheirados, atravessar, em percurso de milhares de quilômetros, terras inóspitas

habitadas por nações belicosíssimas, índios que com a mais notável bravura e a mais justa das pertinácias defendiam os seus chãos (TAUNAY, *op.cit* v.2,1975. p. 112).

Ao estudar o movimento monçoeiro, a conseqüente formação desses arraiais e suas assimétricas relações com as populações indígenas percebemos o equívoco da produção do discurso do *grande vazão* – sertão associado à idéia de deserto, lugar ermo, à margem da civilização – em que o território é tratado como apenas objeto da conquista, desconsiderando o papel das populações locais. Os índios, nesses discursos são tratados como obstáculos tenazes para o avanço da conquista. Outro discurso que se justapõe a este tornam os indígenas, escravos, trilhadores e outros grupos subalternos figuras invisíveis ou simplesmente vítimas passivas dos caçadores de escravos ou do processo de expansão. Na verdade, a reprodução desses discursos tem promovido a “*expulsão dos índios, dos “negros” e das pessoas comuns, em geral das áreas ocupadas pelas elite*”(Funari, 2002. p. 131/153).

Penso que um esforço interpretativo sobre as idiossincrasias do movimento monçoeiro pode contribuir para o avanço dos estudos históricos sobre a trajetória de luta pela conquista do espaço físico brasileiro e sobre o papel das expedições fluviais do século XVIII. É um trabalho que demanda a sensibilidade em relação ao espaço, ao homem e ao tempo, enfim, a compreensão de que o “*ritmo de mudança brasileira é lento, secular...e [que] ainda não se completou*” (Reis, 2003. p. 140). Reconheço o relevante papel da historiografia brasileira na compreensão da diversidade social, das particularidades, enfim, *das identidades do Brasil*, considerando que “*só a história permite compreender singularidades*”(Idem).

Tais especificidades já haviam sido observadas por Taunay em sua *História das Bandeiras Paulistas*: “*...as espantosas jornadas fluviais do Paredão de Araraitaguaba a Cuiabá não encontram similares em outra região do globo*” (Taunay. *op. cit.*, v.2 1975, p. 112). Com base na produção historiográfica disponível, pode-se refletir sobre a exploração de um espaço natural que permitiu o deslocamento de inúmeras comitivas, através dos rios de São Paulo e Mato Grosso, nos séculos XVIII e XIX, incidindo diretamente na economia, na vida social e na dilatação do território brasileiro. O movimento monçoeiro, magistralmente tratado por Sergio Buarque de Holanda e Afonso Taunay, é uma dessas singularidades que só a História pode prestar contas mediante sua incessante reescrita.

3. Fontes para a historiografia das monções

Ciente da importância das lutas sociais travadas no passado colonial para a trajetória de construção do Brasil cabe ao historiador do período colonial escolher fontes que ajudam a explicar parte do processo de ocupação do interior brasileiro. Da extraordinária literatura

sobre a rota monçoeira e seu sentido histórico, *História das Bandeiras Paulistas*³ de Afonso Taunay, e *Monções*⁴ de Sérgio Buarque de Holanda representam as obras fundadoras, portanto, substanciais para a reflexão historiográfica sobre esse *colossal percurso aquático* realizado pelas expedições, ligando as capitânicas de São Paulo e Mato Grosso, nos séculos XVIII e XIX (TAUNAY, 1975, vol. 2. p. 139).

Outra obra que traduz aspectos e considerações sobre as peças preciosas do expansionismo luso foram descritas por Taunay, nas páginas episódicas de *Índios! Ouro, Pedras!* Esta obra mostra que por muito tempo o apresamento de índios e a busca de metais preciosos equacionaram os interesses sertanistas. Entretanto, as várias expedições preadoras de índios em Mato Grosso e Goiás, antecederam as descobertas auríferas, conforme observou Virgílio Corrêa Filho, ao discorrer sobre *As Raias de Mato Grosso*:

Não obstante as expedições de Nuflo Chaves, Raposo Tavares, Luiz Pedroso, que lhe teriam cruzado os tributários meridionais, consoante reza a tradição, o vale do Guaporé permanecia ainda virgem de contato com os civilizados quando se povoou Cuiabá CORRÊA FILHO, 1925. p. 7.

Estas obras ajudam a identificar o antigo roteiro, envolvendo os rios Tietê, Grande (Paraná), Pardo, com travessia por terra pelo varadouro de Camapuã e os rios Coxim, Taquari, Paraguai, Porrudos, nome que no período colonial dava-se ao rio São Lourenço, e ainda hoje se dá a sua parte superior (LEVERGER, 1882) e Cuiabá, como uma verdadeira via anfíbia de penetração. O movimento das expedições fluviais por essa via garantiu, segundo estas fontes a ampliação territorial da colônia portuguesa, a ocupação e o povoamento do extremo oeste brasileiro e projetou Mato Grosso na história do Brasil.

Finalmente um desafio que move o estudioso das monções é a possibilidade de oferecer um quadro representativo da vida material dos homens que, por razões ímpares, enfrentaram verdadeiros desafios ou viveram *entre feras e sertões*, apostando nas potencialidades de um espaço inóspito que por muito tempo ligou *Araritaguba a Cuiabá*. Nesse sentido, apesar de interesses adversos, os sertanistas paulistas devastaram e ocuparam ao longo dos rios inúmeros locais estratégicos.

Por isso se impõe dentro de qualquer estudo sobre as monções paulistas do XVIII uma reflexão sobre o papel dos rios nos *fastos da conquista ocidental* brasileira. As rotas, a unidade física e os aspectos geo-históricos deste objeto de estudo, podem ser melhor analisados, considerando as orientações da história de longa duração, sobretudo, as permanências e as lentas transformações políticas, econômicas e sociais.

³ Os seis primeiros tomos foram publicados entre 1924 e 1930.

⁴ Publicado originalmente em 1945 em tiragem reduzida.

Para dar suporte aos estudos que tratam essencialmente desses elementos naturais reputo como essenciais o aparato teórico de Fernand Braudel (1984) e Simon Shama (1996), que em suas práticas discursivas e métodos de abordagens, oferecem contribuições substanciais para o estudo da paisagem, enquanto objeto histórico. Estas obras conferem os *laços* entre o tempo e o espaço e infundem a lembrança de que as serras, as planícies, os mares, as matas e os rios são comungados entre si pela ação dos homens.

4. Considerações sobre as contribuições de Taunay e Buarque de Holanda

A historiografia brasileira, antes de Taunay, povoou o litoral; seu foco estava na ocupação da costa e por isso deixava na sombra todo o povoamento do interior da América portuguesa, portanto, o hercúleo esforço historiográfico de Taunay, corresponde a uma renovação de toda a temática histórica, porque trouxe a lume uma área não contemplada pelos estudos históricos. Com Taunay a investigação das bandeiras recebeu um impulso capital e o saber histórico se alargou imensamente constituindo-se num processo de abasileiramento da historiografia e de eleição de objetos históricos até então excluídos de abordagens. Mostrou que era preciso rever os caminhos, as monções, a fronteira flutuante, os processos de conquista do sertão e de criação de uma personalidade histórica definitivamente brasileira (RODRIGUES, 1965. p. 136,137).

Taunay ampliou o horizonte historiográfico ao preencher a lacuna da história dos sertões, do interior brasileiro em sua gestação; colecionou e publicou narrativas inéditas que ajudam na composição da escrita histórica dos caminhos sertanistas dos séculos XVII e XVIII.

A *História Geral das Bandeiras Paulistas* representa uma fonte essencial para qualquer pesquisa sobre o bandeirismo e o movimento monçoeiro. Seria impossível desenvolver pesquisa dentro deste tema sem essa riquíssima contribuição trazida por Taunay. Seus *Relatos Monçoeiros e Sertanistas* reunindo os registros oficiais, as notas pitorescas, históricas e curiosas oferecem os testemunhos de viajantes, sobre os costumes e recursos da navegação monçoeira. Em suma, sua obra é imprescindível a qualquer historiador que tenha como objeto de pesquisa as viagens monçoeiras do século XVIII de Araraguaba a Cuiabá.

Outro historiador que trilhou os caminhos das representações mentais e abordou a história brasileira de forma magistral foi Sérgio Buarque de Holanda. Acessível e sofisticada ao mesmo tempo, sua abordagem, fundada em pesquisa exaustiva permitiu a síntese da história e literatura brasileira.

Em *Monções*, publicado originalmente em 1945 e nos textos reunidos no livro *Caminhos e Fronteiras* (1957), Sérgio Buarque de Holanda exarou seu interesse na esfera da cultura material: o artefato, a técnica de sobreviver, de caçar, de transportar; nessas obras, mostrou a ligação entre as relações sociais e a aparente insignificância do gesto, do cotidiano no processo de ocupação do território pelo colonizador. Buarque de Holanda apresentou uma concepção avançada da história do Brasil, por isso não supervalorizava a cultura portuguesa.

Caminhos e Fronteiras e Monções são obras que reúnem abordagens sobre a transição das caminhadas a pé ao longo dos seiscentos em que os rios eram considerados obstáculos aos viajantes para as navegações fluviais no Brasil colonial, que alcançam o apogeu no século XVIII. Em *Monções*, o cotidiano é revisitado com detalhes riquíssimos: a fabricação das canoas, o trabalho dos pilotos e proeiros, as cargas e mercadorias transportadas, as travessias dos varadouros, as dificuldades nas cachoeiras e os ataques de índios. Também aspectos das crenças e superstições dos monçoeiros, como viviam, festejavam, adoeciam e morriam. A obra discorre sobre roupas e culinária das monções, retrata a vida nas minas, os núcleos de povoamento às margens dos *caminhos líquidos* atravessados pelas canoas paulistas e comenta sobre os preços, o abastecimento e a carestia da incipiente economia mato-grossense, oferece ainda indícios das estratégias geopolíticas metropolitanas de ocupação da região. Detalhes que ilustram e dão vida a esse movimento populacional que se converteu em um dos mais fabulosos fenômenos migratórios da história do Brasil.

Através de *Monções*, uma das contribuições cruciais de Sérgio Buarque de Holanda para este tema foi a rejeição das teses ufanistas que ressaltavam o espírito indômito e empreendedor do paulista. A febre ufanista que descreveu os paulistas como se fosse a “*locomotiva da nação*”. Deste livro emanou uma multidão de homens anônimos, empurrados pelas condições materiais de vida para uma migração que nada se relaciona com sua índole ou traço intrínseco de personalidade. Emerge nessa obra a figura do monçoeiro que saía, sobretudo, em busca da sobrevivência. O meio geográfico, a sociedade e a cultura do paulista, a partir das especificidades e condições históricas locais, forjaram o movimento das populações rumo ao Cuiabá.

5. Arquivos públicos: a aventura de reviver a história pelas lentes das fontes arquivais

Uma última observação nestas reflexões sobre o estudo historiográfico do bandeirismo é o reconhecimento do valor inestimável das fontes encontradas nos acervos do Arquivo Público de Mato Grosso e do Núcleo de Documentação, Informação e História Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDIHR/UFMT), onde estão reunidos documentos

ultramarinos, correspondências entre agentes metropolitanos e coloniais, além de informes e papéis avulsos sobre as expedições fluviais do século XVIII.

A partir do contato com os amarelados e esburacados *papiros* originais, de quase trezentos anos, e da consulta aos famigerados microfimes, onde as mais estranhas caligrafias do Reino deixaram as marcas da colonização é impossível não se valorizar mais os núcleos de documentação organizados com zelo por alunos e professores da área de História, entre os quais destaco o Centro de Documentação de História Regional, de Dourados (MS), o Núcleo de Documentação e Estudos Regionais, de Corumbá (MS) e mais recentemente o Centro de Documentação Histórica da Região Norte do Estado de Mato Grosso do Sul/Memorial Henrique de Melo Spengler em Coxim, (MS).

Além destas instituições o historiador pode ainda encontrar respostas as suas indagações de pesquisa sobre o bandeirismo e o movimento monçoeiro no magnífico acervo de documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Instituto Luiz de Albuquerque e na Biblioteca Pública Municipal de Corumbá. Destes órgãos se pode coletar riquíssimos dados para entender as incursões aos sertões cuiabanos.

Outros textos referenciais ao trabalho de pesquisa sobre as monções paulistas que contribuíram para o povoamento do oeste brasileiro destaco os Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, os Anais do Museu Paulista, os Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, os Documentos Eclesiásticos referentes a Itu e Porto Feliz, além das Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Nos Arquivos e Museus de Porto Feliz.

Referências:

ABREU, J. Capistrano de - *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed.- revista, prefaciada e anotada pôr José Honório Rodrigues. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

AMORIM, Marcos Lourenço de. *O Segundo Eldorado Brasileiro: Navegação fluvial e sociedade no território do ouro*. Dissertação de Mestrado; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Dourados MS, 2004.

ANDREONI, João António (André João Antonil). *Cultura e opulência do Brasil. Introdução e vocabulário* por A. P. Canabrava. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai: o mar interno brasileiro, p.131*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese de Doutorado).

COELHO, Felipe José Nogueira. "*Memórias Cronológica da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência*". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1972, vol 13.

CORREA FILHO, Virgílio. *Considerações acerca do Paraguai, via fluvial de navegação para Cuiabá, no centro da América do Sul (Memória n ° 5, 2ª secção)*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto Panamericano de Geografia e História*. Assembléia Inaugural (1932-1933), v.II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

_____. "Devassamento do Distrito Guaporeano". In: *As Raias de Mato Grosso - Fronteira Ocidental*. Cuiabá: secção de obras do Estado de São Paulo, jan/1925.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 1992.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo*. São Paulo, 1964.

FUNARI, Pedro Paulo. *Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia brasileira*. *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 131/153,- dez./2002.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1974.

HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso*. São Paulo:Livraria José Olympo, 1959.

_____. *Monções* 2ª edição - Edição Ilustrada. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

_____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LE GOFF, *Uma vida para a história:conversações com Marc Heurgon*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

LENHARO, Alcir. *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização. Cuiabá*. UFMT, Imprensa da Universidade, PROEDI, 1982.

LEVERGER, João Augusto Manoel. (Barão de Melgaço). *Apontamentos para o Dicionário Chorográfico da Província de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, 1882. (Trabalho apresentado em sessão do *Instituto Histórico* pelo tenente-general H.de Beaurepaire Rohan, a quem foi remetido pelo coronel Cesário Corrêa do Couto, genro do autor).

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria – Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna, 1997.

MENDONÇA, Marcos Carneiro - *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha et. al. (orgs). *Sergio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado de São Paulo; Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 4ª Edição, 1996.

_____. Condições de privacidade na Colônia. (coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio - *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Ao mestre com carinho. (Depoimento feito em 13-8-1986 durante a Semana Sergio Buarque de Holanda/ Unicamp). In: NOGUEIRA, Arlinda Rocha et. al. (orgs). *Sergio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo Público do Estado de São Paulo; Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Composto e Impresso nas oficinas da Editora Obelisco para a Editora Fulgor Ltda, 1965.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TAUNAY, Affonso de. *Relatos Monçoeiros*. In: *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1975, vol. III, p. 14.

_____. *Noticias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a Estas Minas Gerais – Pessoas mais assinaladas nestas empresas e dos mais memoráveis casos acontecidos dès dos seus princípios*. In TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:USP, 1981.

_____. *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*. In: História das Bandeiras Paulistas., 1975.

VIEIRA, Hermes. *Bandeiras e escravagismo no Brasil*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo/Imprensa Oficial do Estado/Governo Abreu Sodré, 1968.